

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista do CFH aparece com uma novidade gráfica: a insistência na palavra Humanas, destacada, pelo seu tamanho, forma e posição, em relação ao restante impacto visual da capa. Não se trata, porém, apenas de uma mudança de estilo ou de estética: é nossa intenção colocar Humanas no lugar que lhe é devido dentro da Universidade e dos saberes em geral. Com esse “devido lugar das Humanas” queremos significar que o primeiro e principal sentido para os saberes e conhecimentos da Academia e da Universidade é o serviço aos seres humanos. Parafraseando o Brecht de Galileu, tudo o que fazemos, e escrevemos, tudo o que é dito e estudado na Universidade só se justifica se servir para aliviar o sofrimento dos seres humanos, e para denunciar e conter as injustiças. Pode não se pensar nisso a cada momento, a cada aula, a cada projeto, mas compete àqueles que trabalham em Humanas apontar frequentemente para essa direção, corrigir desvios, e lembrar o norte. Ao destacar a palavra Humanas na nossa capa queremos simbolizar e lembrar que é em benefício dos humanos que existe a Universidade e a ciência. Mas também por isso mesmo não quisemos tirar do título a palavra ciência: se queremos orientar os outros, se humildemente reivindicamos a função de recordar aos companheiros da Academia e de Universidade qual é a finalidade última do saber, não podemos nos colocar num plano diferente daqueles que, muitas vezes, nos lembram que são as outras áreas – como a medicina e as engenharias - que efetiva e praticamente contribuem para aliviar o sofrimento e diminuir as injustiças. Se não estudarmos os seres humanos de uma forma científica não seremos ouvidos por aqueles que reclamam para si de modo peculiar o nome de cientistas. E se o trabalho das Humanas for feito à margem dos cuidados de método e rigor que caracterizam as ciências em geral, pouco dirá acerca dos verdadeiros humanos, e não servirá nem para os outros, nem para nós.

Os artigos que compõem este número não foram escritos especialmente a pensar na explicação da capa; mas podemos, à luz do comentário inicial, apresentar os textos deste número 25. Não faremos, pois, o seu resumo – esse já precede cada artigo – mas um corte transversal demonstrando algumas coincidências de método e objetivos.

I

O destaque para a atenção aos seres humanos não só como tema de estudo, mas como gente, é dado pelo objetivo do alívio para o sofrimento

pessoal através de métodos cuidadosamente preparados, que se encontra no artigo de SIQUEIRA, SOUZA, e PORTO; as autoras apresentam o psicodrama como um trabalho orientado para um grupo “constituído inicialmente por pessoas sofridas e confusas” (p.177) que precisavam do auxílio de outras pessoas para superar as dificuldades de suas vidas individuais: esse auxílio foi encontrado dentro da universidade, organizado por pesquisadoras que pensam nos seus pacientes como pessoas, mais do que como objetos de estudo. Mas é precisamente refletindo sobre essa particularidade que nos damos conta de que o ser humano só será estudado corretamente se o for em sua integralidade, com suas emoções e suas irregularidades, e não apenas como um número ou uma peça de racionalidade estática. Em termos formais: quando o objeto da investigação é também um sujeito, a pesquisa tem dois sentidos (o olhar ou a atenção de dois sujeitos, o que pergunta e o que responde) e não apenas um: o sentido do sujeito para o objeto. Essa condição obriga ao diálogo, e impede a afirmação unilateral e autoritária. É ainda para o alívio da dor que aponta a bem calculada e programada metodologia de “Preservação da recaída dos dependentes químicos”, de autoria de José Baus: afinal, com todos os detalhes do programa, o que se pretende é que o paciente se sinta “compreendido e amado”(p.173) e que ao final se possam divisar “horizontes mais otimistas para a sofrida existência anterior” (p.175). Essa atitude está mais presente nos psicólogos, pois de novo encontramos bem expressa em Marcos LIMA: “como poderia deixar de atuar terapêuticamente junto àquelas crianças que gritavam por socorro?”(p.159); e no seu artigo sobre “A ética e a caixa de ferramentas” está explícita a relação de que falávamos antes: os clientes “são vistos não como objetos do nosso suposto saber, mas como participantes de um grupo-sujeito”(ib).

Também a resenha de Miriam LEITE, sobre o trabalho (tese) de Cristina WOLFF chama a atenção para a convivência da autora durante um ano com as mulheres da floresta, para conhecer diretamente suas dificuldades e contribuir para encontrar soluções; a denúncia da “violência” sofrida é citada diversas vezes, e as mulheres dos seringais não são objeto anônimo de uma tese de História Social, mas são “Marias, Franciscas e Raimundas”, pessoas com nome, como o título indica. Semelhante atenção aos nomes das pessoas está presente no artigo de Jorge Luiz VILLELA sobre a “Operação anti-cangaço”: não se estudam apenas relações de força e de estratégia, mas mostra-se como dentro delas agiam as pessoas, cada uma delas identificável por seu nome e sua história de vida; também Andréa ZANELLA apoia sua análise da vida das

rendeiras em entrevistas com artesãs, que ao relatarem seu caso individual projetam interpretação específica sobre a coletividade.

Poder-se-ia esperar que os artigos mais teóricos apontassem menos nessa direção pessoal – na identificação do objeto de estudo como ser humano completo e complexo, gente integralmente considerada; essa diminuição do acento é um fato, mas não deixa de existir: por exemplo Elda MARTÍNEZ e María Asunción MERINO chama a atenção para os relatórios daquelas entidades que têm contato mais direto com os imigrantes (p.23) e que por isso são mais sensíveis (aos problemas pessoais); mas é curioso verificar que o trabalho que apresenta a teoria de Bourdieu sobre a alta burguesia e a nobreza francesa é o que menos se refere a seu objeto como gente. Também Paulo KRISCHKE, embora se mantenha no campo teórico, não deixa de recriminar aqueles que, no estudo dos movimentos sociais, são incapazes de “considerar a dimensão pessoal e individual” (p.56). E, no mesmo artigo, o vocabulário e temática especializados e abstratos do autor não o impedem de denunciar as “diferenças e injustiças gritantes que caracterizam as nossas sociedades” (p.58). De modo semelhante Helton OURIQUES ao examinar “A apologia do turismo em Florianópolis”, e tendo procurado as pessoas predominantemente através das estatísticas, mostrou uma escolha significativa: em vez de investigar as opiniões daqueles que lucram com o turismo sazonal – empregadores e comerciantes – foi analisar a outra ponta dos que trabalham, a dos empregados que recebem pouco ou quase nada dos ganhos que a ilha recebe dos turistas. Onde Ouriques cita opiniões de empregadores destaca o desprezo deles pela inferioridade mental e profissional dos seus empregados – “inferioridade” que permite ao empregador pagar mal, e despedir com justa causa. Além disso o autor confrontou os dados estatísticos com os resultados de um trabalho de campo feito anteriormente, e assim, ao utilizar frases recolhidas diretamente das pessoas, pode nos oferecer a face humana dos números. FOLADORI, também na ótica marxista, mostra como a teoria incorreta dirige a política no sentido da miséria e da degradação humana (p. 93-95). Num plano de certo modo ainda mais abstrato Rogério CHRISTOFOLETTI, em “Multiplicidades, arqueologia e Análise do Discurso” busca explicitar as complexidades do sujeito através da convergência de teorias metodológicas. Mas são precisamente os planos teóricos e abstratos (menos ligados a nomes e pessoas individuais e ao contato direto com o objeto/sujeito da investigação) que nos facilitam o encontro de caminhos comuns nas Ciências Humanas.

II

Se repararmos agora naquilo que nos constitui como ciência, devemos apontar para algumas peculiaridades dos métodos. Não será necessário explicar, nem exemplificar, o quanto todos os trabalhos evidenciam, e pressupõem, o rigor e exatidão na recolha das informações, a sistematização da análise, o cuidado na interpretação, e outros aspectos da metodologia sem os quais não seriam aceitos numa revista universitária. Baste-nos salientar alguns procedimentos que aparecem mais evidentemente como estando presentes em todos, ou quase todos os textos.

A pluridisciplinaridade é requisito para boa parte dos autores. Assim, na apresentação da teoria de Bourdieu, Michel PINÇON e Monique PINÇON-CHARLOT mostram como a teoria para o estudo da burguesia inclui elementos de Psicologia de classe e de grupo, utiliza vocabulário da Economia, estuda a História da integração da nobreza à alta burguesia, e a distribuição espacial dos agentes sociais; mas os autores chamam a atenção para o fato de que a interdisciplinariedade também é buscada na variedade de fontes de informação, na composição de métodos quantitativos com qualitativos, e na diversidade de narrativas. Também apela ao encontro das disciplinas, dos profissionais e dos métodos o artigo de MARTÍNEZ & MARINO sobre a imigração: neste campo, diz ela, “há falta de projetos de investigação multidisciplinar” de todos os que se relacionam com esta problemática, que tragam contribuições de pontos de vista, experiências e dúvidas diferentes (p.31 e 32). Aparentemente menos explícito neste ponto é Paulo KRISCHKE; mas nos damos conta do seu interesse pelas abordagens múltiplas quando percebemos que as interfaces de que fala ao tratar dos estudos sobre a democracia comportam tendências de origem diversa: para uma interface fecunda, como propõe ao final, é preciso que aqueles que se interessam pelo comportamento (com fundamentos psicológicos e sociológicos) se encontrem com os que analisam o poder e as estruturas de poder. Também Andréa ZANELLA não distingue ciências, e de fato é difícil, no artigo sobre as rendeiras, separar do trabalho da psicóloga aquilo que se pode atribuir à História, à Antropologia, ou à Economia. Helton OURIQUES, sem citar o encontro das ciências, utiliza explicitamente dados de diversas proveniências, no cruzamento do seu mestrado em Geografia com a docência em Economia, e temperando as análises estatísticas com o trabalho de campo de caráter antropológico. Marcos LIMA passou por uma formação mais variada ainda: psicólogo, mestre em Antropologia e em Filosofia, buscou numa enorme variedade de leituras a

orientação para auxiliar seus pacientes (p.158). Já o estudo de FOLADORI sobre “Marxismo e meio ambiente” parte da dualidade da área abordada – a Economia ecológica ou ambiental – para a completar com os pontos de vista político e histórico (p.91-93); de modo semelhante a análise do discurso (em sentido geral) de CHRISTOFOLETTI é por si mesma uma área de convergências: Filosofia, Lingüística, Política, e Psicanálise, para citar apenas as mais presentes.

Outro aspeto da metodologia é o da relação do referencial teórico com o trabalho de campo ou com os dados colhidos diretamente – ou seja o confronto da teoria alheia, com a experiência prática do autor. Ora, se se pode dizer que o referencial teórico está presente em todos os artigos, deve perceber-se que ele tem mais geralmente o papel de confirmação autorizada de algo cuja explicação se quer abreviar; não há teorias a serem provadas, mas práticas eficazes que verificam em estudos anteriores uma comprovação que lhes dê segurança e orientação. Assim fazem, por exemplo, SIQUEIRA (et aliae) no modo como citam MORENO, ou Elda GONZALEZ quando cita IZQUIERDO; em alguns, como Paulo KRISCHKE, há verdadeira desconfiança das teorias, quando afirma que a urgência dos problemas suscitou “uma grande impaciência com o estrelismo intelectual e a rigidez acadêmica abstrata” (p.42). É semelhante a análise de FOLADORI, que demonstra a inviabilidade das teorias que não estiverem relacionadas com a prática (p.95). Marcos LIMA também rejeita o valor absoluto da teoria: “usamos as teorias como ferramentas nos processos terapêuticos dos corpos-e-almas que nos procuram no SAPSI e no NAPS. Frente à complexidade da realidade vivida por cada ser que encontramos no trabalho terapêutico, podemos lançar mão de tudo que seja ético, ou seja, de toda ferramenta teórica que seja útil (...)”

*

Os artigos apresentados não obedeceram, na sua redação, a um plano comum; no entanto evidenciamos que em elementos dispersos eles contêm certa coesão que aponta para um caminho comum, que apoia a nossa intenção inicial: as ciências são ciências se forem humanas (dirigidas para o bem do ser humano); e as humanas serão humanas se forem ciências (se retratarem fielmente os seres humanos); as ciências que não forem orientadas pela humanidade podem ser destrutivas; e as humanidades que não forem científicas serão distorcidas e conduzem à injustiça.

João Lupi